



Informativo

ANAJUR

Associação Nacional dos Membros das Carreiras da Advocacia-Geral da União

Mulheres nos Poderes da República

Roberto Stuckert Filho



A melhor homenagem no mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher é registrar os avanços das mulheres no mercado de trabalho, inclusive em postos de comando, tanto na iniciativa privada como em cargos dos poderes públicos.

No caso da mulher advogada, a pioneira em assumir cargo de relevância no Poder Judiciário foi a ministra do STJ Eliana Calmon. Em 2000, ela chegou à Corregedoria Nacional de Justiça. Antes, também havia superado a barreira de ser a primeira desembargadora do TRF da 1ª Região.

Mas, outra mulher com formação jurídica chegou ainda mais longe. Ellen Gracie foi a primeira ministra do Supremo Tribunal Federal, já tendo presidido a Corte. Na composição do STF há também a ministra Cármen Lúcia.

Em outros tribunais superiores, o

gênero feminino está assim representado: seis ministras no TST e cinco ministras no STJ. Nas instâncias inferiores, atualmente, há, por exemplo, quatro desembargadoras na presidência dos 27 Tribunais de Justiça.

Na Advocacia-Geral da União, há também uma mulher em cargo de comando. A Procuradoria-Geral da União é chefiada pela Advogada da União, Hélia Bettero.

Mais recentemente, a eleição da Presidente Dilma Rousseff significou o ápice da representação feminina nas instâncias do poder público. Que este marco contribua para que a participação da mulher cresça ainda mais.

Não poderíamos deixar de registrar, por fim, o exemplo de vanguarda da ANAJUR, cujo cargo de presidente é ocupado, há muitos anos, por mulheres.

Contato com associado

Em breve, a ANAJUR lançará novo site com layout mais moderno e arrojado, o que irá facilitar o contato com o associado e público em geral.

A página em construção está sendo remodelada com base na nova logomarca da Associação, já estampada nesta edição do Informativo da ANAJUR.

Outra iniciativa recente para aperfeiçoar o contato e atendimento ao associado foi a substituição do PABX da ANAJUR. A nova ferramenta foi instalada no início de março. Informamos, entretanto, que os números de telefone e fax da ANAJUR continuam os mesmos.

18 anos da AGU

Cobertura especial do evento que rememorou a história da instituição.

Páginas 5 a 7

Leia também entrevista com o Advogado-Geral da União, ministro Luís Adams.



Páginas 8 a 9





A excelência na atuação da Advocacia-Geral da União

No dia 11 de fevereiro, a Advocacia-Geral da União (AGU) completou 18 anos de idade, atingindo a sua maioria em grande estilo. Desde a sua estruturação, vem demonstrando excelência e compromisso no desempenho de suas atribuições, sempre primando pelo exercício da advocacia pública da União em benefício da sociedade, por meio da proteção jurídica do Estado Brasileiro.

A Advocacia de Estado nasceu da necessidade de organizar em Instituição única a representação judicial e extrajudicial da União e as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), não restando dúvidas de que foi a atividade precípua dos Procuradores D'El Rey, criados por Dom Afonso III, em 14 de fevereiro de 1289.

Trazido para o Brasil Colônia, esse modelo foi herdado pelo Império Independente e repassado à República, tendo vigorado, no plano federal até a inovação de 1988.

Apesar de regulamentada em 11 de fevereiro de 1993 pela Lei Complementar nº 73, a AGU teve a sua gênese na Carta Constitucional de 1988. Antes da promulgação da Constituição, a representação judicial da União estava a cargo do Ministério Público da União e as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do Poder Executivo estavam confiadas à Advocacia Consultiva da União, nos termos do Decreto n.º 93.237/1986.

Na iminência de completar 25 anos de história, a ANAJUR - Associação Nacional dos Membros das Carreiras da Advocacia-Geral da União - fundada em 18 de agosto de 1986, com a denominação de Associação Nacional dos Assistentes Jurídicos da União, não se furtou à nobre missão de contribuir na elaboração de nossa Constituição cidadã, ao desempenhar papel decisivo na criação da AGU, e preconizar o reconhecimento da advocacia pública federal como carreira essencial à justiça.

Isso porque, o desenvolvimento do Estado

tem por objetivo garantir a permanente maximização da qualidade de vida dos cidadãos. Notadamente no Brasil, onde a distribuição de renda é uma das mais díspares do mundo, as políticas públicas sociais são de vital importância.

Nesse contexto, a AGU participou de alguns momentos históricos do Brasil desde a sua estruturação. Dentre eles, podemos destacar a implantação do Plano Real, que extirpou a inflação galopante; a Lei de Responsabilidade, que educou os agentes públicos; a transposição do Rio São Francisco, que continua abastecendo as necessidades hídricas de milhões de pessoas; e a liberação da licitação de duas das maiores ferrovias brasileiras: a Ferrovia de Integração Leste-Oeste, que percorrerá, ao todo, 1.500 quilômetros, ligando Ilhéus, na Bahia, a Figueirópolis, em Tocantins, passando por 32 municípios baianos; e a Ferrovia de Integração Norte-Sul, que percorre 215 quilômetros que conectam a Estrada de Ferro Carajás, permitindo o acesso ao Porto de Itaquí, em São Luiz.

Da mesma forma, não se pode perder de vista que ao participar ativamente da elaboração do marco regulatório do pré-sal, a AGU prestou um dos mais belos serviços para o Brasil. Ainda no rol de obras, ações governamentais e serviços desenvolvidos pela AGU, seria injusto não mencionarmos a sua relevante atuação para o monitoramento diário de inúmeras medidas judiciais do PAC, dentre as quais podemos destacar a que garantiu a realização do leilão para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), considerada a segunda maior hidrelétrica do Brasil e a terceira maior do mundo.

A propósito, em 2010, mais de R\$ 2,026 trilhões foram economizados ou arrecadados aos cofres públicos devido à atuação dos advogados públicos em diversas frentes, como o combate à corrupção, cobrança de valores inscritos em Dívida Ativa e arrecadações oriundas de

multas aplicadas por agências reguladoras.

A Copa do Mundo de 2014, juntamente com as Olimpíadas de 2016, alavancará a economia do país. E a AGU, mais uma vez, será responsável pela segurança jurídica desses programas.

Sem sombra de dúvida, podemos atribuir todo esse sucesso à histórica atuação da AGU, que vem se fortalecendo em cada gestão, ao imprimir o seu papel fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas, e colaborar com o Estado no estudo e na solução dos problemas que afligem a Administração Pública, corvoicta de que manter, ampliar e garantir o bem-estar para toda sociedade é parte integrante de sua missão.

Nos dias atuais, sob o comando do Ministro Luís Inácio Lucena Adams, a AGU destaca-se, não só pela atuação pró-ativa em defesa de políticas públicas, com a instalação de escritórios de representação no Conselho da Justiça Federal, Conselho Nacional de Justiça e Câmara dos Deputados; como também pela implementação de políticas internas voltadas para a qualidade de vida dos membros das carreiras da AGU, bem como dos servidores administrativos, o que refletirá positivamente no seu desempenho profissional.

Finalmente, a atuação da AGU na defesa de políticas públicas tem significativo reflexo no acesso ao emprego, à educação, à moradia, dentre outros benefícios essenciais ao cidadão. Assim, no patamar nacional, a Advocacia Pública sustenta os planos governamentais, pois defende a União em Juízo e assessora juridicamente os três poderes.

Vida longa à AGU que, com a sua maioria, desempenha papel decisivo no Estado Democrático de Direito.

Joana d'Arc Alves Barbosa Vaz de Mello
Presidente da ANAJUR

Este artigo foi publicado no site da AGU em 10/02/2011

ANAJUR nos estados

Em cumprimento às metas divulgadas na plataforma de campanha e reiteradas na oportunidade de posse, a presidente da ANAJUR, Joana Mello, participou de encontros estaduais com associados. Os eventos ocorreram em Pernambuco (28 de janeiro), na Paraíba (30 de janeiro) e no Rio de Janeiro (18 de março).

Os próximos eventos serão nos es-

tados de Goiás e Minas Gerais, mas as datas ainda não estão definidas.

Nos discursos que proferiu nesses encontros, a presidente reforçou a necessidade do apoio incondicional não só dos delegados nos estados como também de todos os associados.

“Optamos por uma política de atuação decisiva, promovendo encontros

anuais em todos os estados onde existam associados, encontros trimestrais de delegados e congressos anuais voltados para todos os associados”, declarou a presidente.

Como parte do cronograma anual da entidade, o primeiro encontro trimestral de delegados estaduais da ANAJUR deverá ser agendado em breve.



Valores da Advocacia Pública

Fotos: Eurípedes Di Souto



Painel da ANAJUR divulgou a nova logomarca da Associação e resultados de ações da Advocacia-Geral da União

No dia 23 de fevereiro, foi inaugurada, na Câmara dos Deputados, a exposição “Valores da Advocacia Pública”, com a presença do Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Lucena Adams.

A presidente da ANAJUR, Joana d’Arc Alves Barbosa Vaz de Mello, e a Secretária-Geral, Nicóla Barbosa

de Azevedo da Motta, e os demais representantes das entidades que compõem o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal participaram da solenidade, que faz parte das comemorações dos 18 anos da AGU.

Promovida pelo Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, a exposição estava montada no corredor de acesso ao plenário da Câmara.

A mostra reunia painéis informativos sobre as carreiras e entidades que integram a Advocacia Pública e fazia um resgate da trajetória da AGU.

No painel assinado pela ANAJUR, estava impressa a nova logomarca da entidade alusiva à celebração do aniversário de 25 anos. A Associação completará o jubileu de prata em 18 de agosto.



Secretária-Geral e Presidente em frente ao painel da ANAJUR



Presidente do Fórum abre oficialmente a exposição



Ministro Adams, acompanhado de dirigentes do Fórum, comenta a importância da mostra para resgatar a história da AGU

Novo Consultor-Geral da União confirma filiação à ANAJUR

Onovo Consultor-Geral da União, Dr. Arnaldo Godoy, filiou-se à ANAJUR em fevereiro último. A presidente da Associação, Joana d'Arc Alves Barbosa Vaz de Mello; a secretária-geral, Nicóla Barbosa de Azevedo da Motta; e a diretora adjunta de administração e convênios, Márcia Regina Vicente Barbosa, acompanharam o preenchimento e assinatura da ficha de filiação no gabinete de Godoy na Advocacia-Geral da União.

Para a ANAJUR, é uma honra ter o Dr. Arnaldo Godoy, que é Procurador da Fazenda Nacional, integrando o seu quadro de filiados. Por congregar membros das carreiras da AGU, o estatuto da Associação permite a filiação de Assistentes Jurídicos, Advogados da União, Procuradores da Fazenda e Procuradores Federais, enfim, todos aqueles que militam na Advocacia Pública Federal.

No encontro com a diretoria da ANAJUR, Godoy ressaltou que a filiação é atitude pensada, desejada, simbólica, no sentido de homenagear um grupo muito grande de colegas que tem recorrentemente colaborado nas tarefas e missões da Consultoria-Geral. "A epopeia da transposição, que contou com o apoio de meu antecessor, Dr. Ronaldo, é indicativo dessa comunhão de esforços. Neste sentido, o meu gesto tem por objetivo deixar bem claro esta tendência de continuidade de colaboração".

E completou: "sou originalmente SINPROFAZ, continuo SINPROFAZ, mas a exemplo das predileções que há no mundo do esporte, nada impede que tenhamos dois times do coração, do mesmo modo que nada impede que lutemos por entidades sindicais



Arnaldo Godoy recebeu presidente, secretária-geral e diretoria da ANAJUR em seu gabinete na AGU

e associativas que tenham causas comuns. A carreira, sempre, em primeiro lugar".

Trajatória

Aprovado no concurso da PGFN de 1993, Godoy trabalhou no interior de São Paulo e foi seccional por 10 anos em sua cidade de origem, Londrina, no estado do Paraná. Ele chegou a Brasília em 2004 para atuar junto à Coordenação-Geral de Assuntos Tributários da PGFN, órgão que coordenou em passado recente. "Foi neste contexto que aderi integralmente a algumas causas defendidas por nosso Advogado-Geral, a exemplo da lei geral de transação e de um projeto de execução fiscal com feição mais administrativa", revela. Também foi assessor de Ministro no Supremo Tribunal Federal, nos anos de 2005 e 2006.

Envolvido em pesquisas acadê-

micas, Arnaldo Godoy fez estágio de pós-doutoramento na Universidade de Boston, e desse contato nasceram dois livros, um sobre o direito norte-americano, e um mais específico sobre o direito fiscal daquele país. Defendeu tese de doutoramento e dissertação de mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com preocupação especial em assuntos de filosofia do direito. Recentemente, Godoy publicou uma biografia intelectual do Ministro Carlos Maximiliano, editada pelo Supremo Tribunal Federal. Traduziu Roberto Mangabeira Unger, sobre quem escreveu três livros.

Outra ocupação de Godoy são os estudos que relacionam direito e literatura, bem como com o direito constitucional comparado, que são os temas da maioria dos livros que escreveu.



ANAJUR marca presença na comemoração dos 18 anos da AGU

Na tarde de 28 de fevereiro, membros das carreiras que integram a Advocacia-Geral da União, servidores da Casa, autoridades e imprensa participaram da solenidade que celebrou os 18 anos da instituição. O evento ocorreu no auditório da Imprensa Nacional em Brasília.

Ao abrir os trabalhos, o Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Lucena Adams, saudou os presentes na pessoa de um dos primeiros chefes da AGU, Dr. Geraldo Quintão. Em seguida, lembrou a visão meritória do Constituinte de 1988 de criar um órgão que fizesse a defesa intransigente da União e seus agentes públicos e também cuidasse da orientação ao Estado.

Homenagem

Foi também o ministro Adams que coordenou a homenagem a servidores da instituição e a membros das carreiras de Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal e Procurador do Banco Central.

Na ocasião, o ministro convidou dirigentes das entidades que representam as carreiras da AGU para entrega de placa comemorativa.

A presidente da ANAJUR, Joana d'Arc Alves Barbosa Vaz de Mello, formalizou a homenagem a dois colegas advogados que, efetivamente, trabalharam para a criação e estruturação da AGU.

Em nome dos associados, a presidente Joana Mello homenageou a Advogada da União, Dra. Nicóla Barbosa de Azevedo da Motta, sinônimo de otimismo e vitória, eterna presidente da ANAJUR, que não se deixou intimidar pelas dificuldades enfrentadas desde a instalação da Assembléia Nacional Constituinte.

O outro associado homenageado foi o Dr. Braz Sampaio, aposentado

e que muito honrou a ANAJUR nos anos em que representou a Associação no estado do Rio de Janeiro, defendendo os interesses dos advogados públicos e, por consequência, uma instituição forte, presente no desenvolvimento de políticas públicas e na solução dos problemas que afligem a administração pública.

Resgate histórico

Após as homenagens a servidores, titulares dos órgãos de direção superior da AGU fizeram uso da palavra para resgatar um pouco da

da formulação seja quando a União é questionada em juízo”.

A Secretária-Geral do Contencioso, Grace Maria Fernandes Mendonça, lembrou os tempos em que só havia o cargo do qual é titular, sem a mínima estrutura física e de pessoal. “Somente em 2005, na gestão do ministro Alvaro Ribeiro, efetivou-se a organização da secretaria com a criação de três departamentos”. Para ela, este momento significou um salto de qualidade, com ganho direto e resultado imediato. “A maior virtude de nosso trabalho agora é poder proporcionar a defesa adequada do cidadão brasileiro”, comentou.

O diretor da Escola da AGU, Jefferson Carús Guedes, aproveitou o evento para apresentar o Projeto Memória. Em parceria com a Assessoria de Comunicação da Casa, a expectativa da Escola é reunir o máximo de documentação que retrate a história da AGU. Ele conclamou os presentes a colaborarem com o projeto disponibilizando documentos históricos sobre os quais tenham posse.

Ainda como parte da solenidade, houve o lançamento de um selo comemorativo aos 18 anos da AGU com a presença do presidente dos Correios, Wagner Pinheiro.

Debate

A solenidade foi encerrada com um debate entre ex-titulares do cargo de Advogado-Geral da União, mediado pela procuradora federal Maria Jovita Wolney Valente.

Estavam presentes Geraldo Quintão (1995-2000), Gilmar Mendes (2000-2002), José Bonifácio Borges (2002-2003) e Alvaro Augusto Ribeiro Costa (2003-2007), que falaram sobre atuações marcantes durante suas respectivas gestões. Leia mais sobre este histórico debate nas páginas seguintes.



Presidente Joana Mello entrega homenagem à ex-presidente Nicóla

história da instituição nos 18 anos de existência.

A Procuradora-Geral da União, Dra. Helia Bettero, destacou que “a AGU é uma instituição jovem que precisa, a todo tempo, fortalecer sua atuação”. Na comemoração da maioria, ela declarou ser muito bom rever os ex-advogados gerais que ajudaram a construir e organizar a Casa.

Em pronunciamento, o Procurador-Geral Federal, Marcelo Siqueira, comentou que “depois de 18 anos, a AGU é efetivamente geral e não somente parcial. A Casa hoje não olha só para a Administração Direta. Isto porque ampliou o trabalho aos órgãos da Administração Indireta ao entender que a efetividade das políticas públicas se faz com a integração desses dois entes, seja na fase

Ex-AGUs rememoram história

Em comemoração aos 18 anos de criação da Advocacia-Geral da União, quatro ex-Advogados Gerais da União participaram, no dia 28 de fevereiro, de debate "História da AGU", que rememorou os momentos que estiveram no comando da Instituição.

A presidente da ANAJUR, Dra. Joana d'Arc Alves Barbosa Vaz de Mello, acompanhada da Secretária-Geral, Dra. Nicóla Motta, prestigiaram os debates dos ex-titulares da AGU: Geraldo Magela Quintão (1995 a 2000), que saiu do órgão para se tornar ministro da Defesa; Gilmar Ferreira Mendes (2000 a 2002), que após passagem no órgão foi ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal; José Bonifácio Borges de Andrada (2002 a 2003), que saiu para ocupar o cargo de Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais; e Alvaro Augusto Ribeiro (2003 a 2007). A mediadora dos debates foi a procuradora Federal Maria Jovita Wolney Valente.

O evento, realizado no auditório da Imprensa Nacional, em Brasília, contou ainda com a participação de cerca de 400 pessoas, entre convidados, membros das carreiras que integram a AGU, servidores da Casa, autoridades e imprensa.

Antes de iniciar o bloco de perguntas, a Dra. Maria Jovita fez questão de quebrar o protocolo para destacar a atuação do jurista Saulo Ramos que, ao propor a criação da AGU, "quebrou as resistências e conseguiu sancionar a Lei Complementar". Ao se reportar aos ministros, a mediadora enalteceu-os: "cada um dos senhores trouxe para cá a sua história e fez história".

Marca da atuação

O primeiro bloco de debate foi destinado ao resgate da memória de atuação dos ex-AGUs. Cada um foi invocado a destacar o momento ou o fato mais marcante de sua gestão.

Para Geraldo Quintão, o mais relevante em seu mandato foi fazer funcionar a instituição que nascia sem estrutura presente na Lei Complementar. "Tércio Ferraz me chamou de maluco porque ao assumir a AGU havia 400 mil processos. No entanto, era um desafio e fiquei muito emocionado em 1993 quando vi a AGU funcionando em todo o país".

O ministro Gilmar Mendes inicialmente agradeceu ao convite e



Ex-Advogados-Gerais da instituição comentaram as dificuldades e conquistas durante suas gestões

rendeu homenagens à Teresa Helena, ex-integrante da AGU, "por seu espírito público, engajamento e empenho profissional". O ex-AGU destacou a dificuldade de indicar um só fato já que ao fazer a Advocacia-Geral da União funcionar em todo o país não raras vezes apareceram problemas em relação às autarquias e fundações.

"Havia excesso de procuradores nas universidades do Mato Grosso e faltava no INSS do estado. A criação da Coordenadoria de Órgãos Vinculados foi importante porque fez o levantamento do quantitativo de procuradores e das demandas existentes. Inúmeras foram também as demandas no STF por conta do apagão e que tiveram a intensa atuação da Advocacia-Geral da União", destacou Gilmar.

O ex-AGU José Bonifácio também enalteceu personalidade da Dra. Teresa lançando a idéia de preservação de sua memória na Advocacia-Geral da União. "Ela era modelo de corregedora e deve ser intitulada como patrona dos corregedores da AGU, coisa que podia ter feito e não fez", lamentou.

Para o ex-AGU Alvaro Augusto Ribeiro da Costa, a "advocacia não nasceu de um projeto acabado, mas de contingências". Nesse sentido, disse que o momento mais importante foi do "primeiro ao último, sempre partilhado, sofrido, estressado e que revelava a integração dos problemas pontuais, conjunturais, a AGU e o Brasil."

O evento continuou com mais dois blocos nos quais os quatro ex-advoga-

dos-gerais da União discursaram sobre as tarefas mais complexas que desempenharam e o que gostariam de ter feito caso permanecessem mais tempo à frente da instituição. Ato contínuo cada um dos ex-AGUs fez as considerações finais acerca do encontro.

Desafios enfrentados

No 2º bloco do debate os quatro ex-dirigentes da AGU responderam à pergunta sobre os principais desafios enfrentados da AGU quando presidiam a Instituição.

O primeiro a falar nesta rodada foi o ministro Gilmar Mendes, que comandou a AGU entre os anos 2000 e 2002 e teve como grande tema em destaque a integração das carreiras. "Detectou-se a necessidade de uma medida urgente por conta dos seguidos episódios no âmbito das representações das autarquias e fundações".

José Bonifácio Borges de Andrada, (AGU entre 2002 e 2003), perguntado sobre o que tirou de experiência como AGU e implantou como procurador do Estado de Minas Gerais, foi enfático em afirmar a unificação de carreira e o desafio de encontrar soluções jurídicas para questões comuns às realidades das duas advocacias. "Minas é o único estado que possui advocacia de Estado, cujo cargo existe desde a República", disse.

O ex-AGU Alvaro Augusto Ribeiro Costa, que esteve à frente da AGU entre os anos de 2003 a 2007, destacou que um dos desafios era o de conferir ao AGU as



a da Advocacia-Geral da União

mesmas prerrogativas de Procurador-Geral da República. "Pensava assim antes e continuo defendendo esse posicionamento". E continuou: "outra batalha intensa foi a padronização da remuneração e a criação de um plano de isonomia progressiva até chegarmos ao subsídio".

Também nesta rodada, Geraldo Magela da Cruz, que foi o Advogado-Geral da União entre 1995 e 2000 lembrou de bastidores da política e providências tomadas para garantir efetividade às ações da AGU. "Quando FHC cedeu 150 procuradores eu comecei a requisitar procuradores da Fazenda para preencher as procuradorias que estavam sendo criadas". E prosseguiu: "eu disse ao presidente Itamar que a advocacia pública organizada iria contrariar muitos interesses, mas ele assumiu todos os atributos e fez valer a mão forte de correição de presidente da República."

O que gostaria de ter feito

No terceiro bloco de entrevistas, os ex-AGUs foram questionados sobre o que gostariam de ter feito caso permanecessem mais tempo no cargo. Nesse aspecto, todos foram uníssomos de que promoveriam a unificação das carreiras.

O primeiro a falar foi o ministro José Bonifácio que foi enfático em dizer que unificaria as procuradorias e a advocacia públicas. "Não se trata de crítica a quem me antecedeu e a quem me sucedeu. A fusão em Minas Gerais de procuradores de Estado e de advogados foi unificada dentro da advocacia de Estado. Também teria criado a Câmara de Arbitragem".

O ex-AGU Alvaro Augusto Ribeiro Costa, disse que "daria continuidade ao que estava sendo feito, mas, talvez, não de maneira tão democrática".

Dr. Geraldo Magela da Cruz Quintão que saiu da AGU para assumir o cargo de ministro da Defesa no governo Itamar, também se uniu ao coro de vozes dos que faria a unificação das carreiras. "Assumi a AGU em um tempo difícil, a instituição não tinha feição física, faltava pessoal, dinheiro, e eu tinha que me desdobrar em ser advogado e administrador ao mesmo tempo. Não fiz tudo que gostaria de ter feito, eu unificaria as carreiras mesmo sendo difícil a medida".

Ao afirmar que no período entre 2000 e 2002 percorreu uma "maratona de 100m, mas não sozinho", o ministro Gilmar Mendes também foi categórico em dizer "que ninguém faz o que quer, mas o que pode".

Nesse sentido, o ex-AGU disse que "apesar de ter contado com todo apoio do governo, durante sua gestão na AGU enfrentou um período de muitos conflitos, entre eles, o apagão e ameaças de prisão de colegas.

O balanço, no entanto, é positivo, segundo entendimento do ministro Gilmar Mendes: "olhando criticamente o passado, não descuidamos da prestação jurisdicional, fizemos os juizados especiais federais e editamos mais de 16 súmulas nas quais os advogados eram instruídos a não recorrer nas ações de interesse social." Quanto ao que ficou pendente, disse: "continuará a estruturar o órgão e daria mais atenção à advocacia consultiva".

Considerações finais

Ao final do debate os quatro ex-advogados gerais da União fizeram suas breves considerações finais.

O primeiro a discursar foi o ex-AGU Alvaro Augusto Ribeiro Costa, que defendeu a imediata aprovação de uma nova lei complementar para a AGU. "A idéia já está madura o bastante para que isso aconteça".

O ex-AGU Geraldo Magela Quintão defendeu a autonomia financeira e administrativa da Advocacia-Geral da União. "Não é bom que uma instituição do porte da AGU, que se faz presente em todos os fóruns do país, dependa de re-

ursos definidos por outros poderes".

O ministro Gilmar Mendes fez questão de reforçar o entendimento de que a AGU continue atuando na defesa dos direitos fundamentais, na defesa do estado e das instituições públicas.

Por sua vez, o ex-AGU Bonifácio de Andrada afirmou do seu orgulho de ter participado do processo evolutivo da Advocacia-Geral da União. "Passados 18 anos que o governo foi buscar quadros funcionais no Banco do Brasil servidores para a instituição e igual quantidade de tempo que o atual AGU está na Casa, vejo que nesse grande edifício colocamos o nosso tijolinho e isso é motivo de satisfação muito grande".

Homenagens

Ainda como parte da solenidade, o ministro Luís Inácio Lucena Adams homenageou os ex-advogados gerais da União com a entrega do selo comemorativo dos 18 anos da AGU e um botom alusivo à data. Também reinaugurada a galeria com fotos de todos os ex-titulares da Casa.

A galeria, localizada no museu da AGU, é composta pelas fotos dos sete Advogados-Gerais que atuaram na Instituição desde a sua criação em 1993: José de Castro Ferreira (fev/93 a mai/93); Alexandre de Paula Dupeyrat Martins (mai/93 a jun/93); Geraldo Magela da Cruz Quintão (jan/95 a jan/00); Gilmar Ferreira Mendes (jan/00 a jun/02); José Bonifácio Borges de Andrada (jun/02 a jan/03); Alvaro Augusto Ribeiro Costa (jan/03 a mar/07); José Antonio Dias Toffoli (mar/07 a out/09).



Presidente e secretária-geral da ANAJUR, presidente da ANPPREV e outros convidados assistem à solenidade que homenageou os 18 anos da AGU



Ministro da AGU avalia maioria da instituição

O Advogado-Geral da União, Luís Inácio Lucena Adams, concedeu entrevista exclusiva à ANAJUR no mês em que a AGU completou 18 anos. Para ele, a data é motivo para muito celebrar, especialmente quando se constata a evolução do órgão neste período. Na breve conversa com o ministro, revisitamos a AGU de ontem, que só existia no papel, até chegar aos avanços da AGU de hoje, integrada por um corpo de oito mil advogados com uma função absolutamente essencial à pacificação interna do Estado

ANAJUR - No ano em que a AGU completa a maioria, qual é o balanço do ministro sobre o papel desempenhado pela instituição?

Ministro Adams - Há muito a se comemorar porque a AGU, num período de 18 anos, evoluiu de um órgão, de uma instituição, que basicamente existia só no papel, só no comando constitucional, com carreiras absolutamente dispersas, desconectadas, desarticuladas, com funções similares, porém muitas vezes, até em conflito, com as carreiras da previdência, da área tributária (PGFN), para uma instituição que conta com um universo organizado, integrado, cooperativo de oito mil advogados, com uma função absolutamente essencial à pacificação interna do Estado, vinculada ao trabalho de solucionar as grandes divergências, as grandes discrepâncias internas do ponto de vista jurídico, e que se torna cada vez mais essencial ao Estado.

Nós temos vários exemplos nesse sentido e as câmaras de conciliação constituem a iniciativa mais recente e demonstrativa dessa realidade. Apesar do curto período de 18 anos, a instituição deu um salto estrondoso. Ainda temos carências, mas tenho convicção de que serão resolvidas.

A AGU é o filho mais distinto, mais significativo da democracia que se instalou no Brasil. Ela nasceu na Constituição de 88; não há previsão dela antes disso. E é justamente na democracia que a AGU exerce, premia, valoriza aquilo que é essencial numa súmula democrática: o direito à opinião, à divergência e também de sustentar essa divergência. A Advocacia faz para o Estado, para o administrador, para o governante, a vocalização da sua decisão, da sua opinião.

Por isso, defendo que o contraditório é o exercício da divergência permitindo, inclusive, a convergência. São as tensões de opiniões diversas que devem se sustentar no meio comum. O advogado exerce esse papel de qualificar, de premiar o contraditório, de fazê-lo de maneira que o contraditório tenha bases consistentes, racionais e que permitam inclusive a convergência. Assim sendo, o governante que, ultimamente, está sendo submetido a um tenso contraditório da sociedade, da mídia, da



própria burocracia de Estado, das áreas de controle, precisa ter voz e oportunidade de sustentar publicamente, ativamente e permanentemente suas visões. Neste contexto, a Advocacia-Geral é parceira do governante, do administrador. Isso significa ser parceiro da democracia, da legitimidade que a cada governo é confirmada pelo povo.

ANAJUR - Que carências devem ser superadas para que a AGU se fortaleça como instituição?

Ministro Adams - São carências estruturais, que há muito tempo vêm sendo debatidas e precisam ser resolvidas, seja do ponto de vista de organização de nossa estrutura de hierarquia interna, seja por conta da deficiência na organização das carreiras. Nossas carreiras ainda são muito curtas; deveriam ser cada vez mais estruturadas em favor da meritocracia.

Outro problema é a falta de estruturação das carreiras de apoio. Ainda temos uma amálgama muito grande de servidores de diversas áreas e órgãos, sem uma base comum de legislação de estrutura orgânica que os sustentem.

Há também a deficiência do ponto de vista da base institucional, da nossa referência. O traço regulatório da advocacia ainda não está suficientemente estruturado, para permitir que a instituição

avance de maneira mais conclusiva como agente resolutivo de conflitos, e não apenas como propagador e mantenedor de conflitos. A capacidade da advocacia de tomar decisões de conciliação, solucionar conflitos, fazer transações ainda carece de um marco regulatório.

ANAJUR - O ministro se refere à Lei Orgânica da AGU?

Ministro Adams - Sim. Eu me refiro à Lei Orgânica particularmente. Seria a base para nos dar condições de tomar uma decisão e sustentá-la, exercendo de maneira técnica e consistente uma opinião, mesmo que não seja majoritária. Este marco é muito importante, indispensável para dar segurança as nossas decisões.

Hoje o que existe no Brasil é uma enorme insegurança jurídica do processo de decisão do administrador já que, invariavelmente, pelo universo, pelo marco, ele está exposto à chuva, ele está sujeito a diversas intempéries, mesmo quando tem toda proteção técnica possível. E o administrador tem que estar de fato blindado, ele tem que ter segurança no seu processo de decisão, no seu processo de gerir o Estado.

Além disso, a opinião do advogado traduz uma visão da instituição, por isso nós temos que ter preservada a prerrogativa de ter essa opinião, exatamente para exercer nossa função com base no interesse da administração do Estado.

ANAJUR - Como que o senhor avalia, nesse início de ano legislativo, com a Presidente Dilma no comando, a possibilidade de inserção desse debate da Lei Orgânica no Congresso?

Ministro Adams - Eu não vejo dificuldade. Esse debate avançou muito, inclusive com a Casa Civil. O processo correu, mas por questão de temporalidade. Como foi concluído exatamente num período pós-eleição, o presidente Lula, corretamente, preferiu não encaminhá-lo, deixando a tarefa para o novo governo. Eu não acho que haverá grande dificuldade. Já tínhamos conversando com alguns ministros, o ministro Palocci e o ministro Cardozo, por exemplo, que já sinalizaram simpatias por essa questão. Agora, teremos que conversar novamen-



te, revalidar o processo com o Ministério do Planejamento, entre outras coisas. É preciso aguardar porque no Brasil temos que lidar com as questões de transição governamental. Acredito que o processo vai avançar porque tenho convicção de que a necessidade de ter uma Advocacia-Geral da União estruturada, forte, comprometida com a administração pública, comprometida com o processo de administrar o público, vocacionada a produzir soluções para o administrador, a dar segurança ao administrador, a solucionar conflitos que emperram a própria máquina, essa Advocacia Pública reconhecida, é considerada essencial para o atual governo.

ANAJUR - Na perspectiva de que a AGU também deve ser parceira do governante, como esta relação se concretiza?

Ministro Adams - Toda instituição é mais ou menos forte na medida em que responde mais ou menos a uma necessidade. Nós não estamos aqui recebendo um salário de um padrão remuneratório alto, se compararmos com a média da população brasileira, pelos nossos belos olhos. Estamos aqui porque temos uma missão, temos uma função, respondemos a uma necessidade do Estado e da governança do Estado. Então, à medida que a AGU, compreender a sua vocação, e não só o Advogado-Geral, mas o conjunto da instituição compreender o quanto ela tem que estar intrincada, relacionada a esta necessidade e, respondê-la adequadamente, ela vai ser mais importante do que se ela, evidentemente, não responder a essa necessidade. Então, eu vejo que a valorização da instituição - que é real e cresceu muito nos últimos anos particularmente - só existe e persiste na medida em que cumpra um papel para o Estado, sendo, de fato, muito pró-ativa, presente e parceira da governança do Estado.

ANAJUR - Então, é uma via de mão dupla, ao mesmo tempo em que é importante o perfil do governante no sentido de valorizar as carreiras e a instituição, os seus membros têm que oferecer essa contrapartida?

Ministro Adams - É isso. A AGU não pode se transformar em um cartório. Se a AGU se transformar em um órgão meramente de expedição de pareceres desassociados da perspectiva da necessidade das políticas que são implantadas, dos atos da administração que são analisados dentro do universo de governança do Estado,

ela se tornará só um cartório. E cartórios têm uma série de problemas do ponto de vista de efetividade e de resultado.

ANAJUR - Quais foram os objetivos que nortearam a criação do escritório da AGU na Câmara?

Ministro Adams - Os escritórios de representação da AGU surgem como uma resposta à missão constitucional que a instituição tem de representar os Três Poderes da República como União. Evidentemente, essa representação nos qualifica na dimensão judicial, que é o nosso exercício, é uma de nossas atuações fundamentais. Então, a formação desses escritórios me pareceu um viés natural no processo de consolidação da instituição, pois ela de fato exerce e representa de maneira ativa, presente, parceira, próxima do administrador, seja em que poder ele estiver. Por esse motivo, nós temos escritórios no Tribunal de Contas da União, no Conselho Nacional de Justiça, no Conselho de Justiça Federal e na Câmara. Devemos instalar agora no Tribunal de Justiça do DF e também no Senado, tudo na perspectiva de fortalecimento desse papel da instituição.

ANAJUR - O escritório no Senado terá as mesmas atribuições daquele já instalado na Câmara?

Ministro Adams - As mesmas funções de aproximar, de estar presente. Evidentemente, poderá haver situações de conflitos entre os Poderes. No passado, por exemplo, tivemos uma ADIN proposta pelo Presidente da República contra uma decisão do Congresso, da mesma maneira o Congresso pode propor uma ADIN contra uma decisão da mesa ou contra uma decisão do presidente. Essa possibilidade de conflito é



algo que favorece. O próprio convênio prevê regras de adaptação a essas excepcionalidades. Como regra geral, nós exercemos de maneira muito ativa, muito próxima, a defesa dessas autoridades, inclusive, em situações até aparentemente controversas, como foi o caso do Superior Tribunal Militar, quando nós defendemos a decisão do presidente do Tribunal. Acho muito favorável essa atividade que permite à AGU dar implementação a sua vocação.

ANAJUR - Comente especificamente sobre a representação da AGU no CNJ?

Ministro Adams - É uma instância muita mais demandada, porque como órgão de controle, órgão apurador, ele exerce uma interferência direta no âmbito do Poder Judiciário. Essa atuação evidentemente suscita controvérsias, impugnações e dúvidas, além de levantar assuntos diretamente ao Supremo Tribunal Federal. Então, nós temos vários casos em que o CNJ vem sendo defendido pela AGU e acredito que isto vem sendo feito de maneira muito eficiente.

Em breve, nós vamos debater temas relevantes, por exemplo, se o princípio da subsidiariedade se aplica ou não ao CNJ, ou seja, o CNJ só investiga na ausência de investigação pela corregedoria? Como se deve operar isso? Então essas questões têm sido uma pauta permanente da AGU.

ANAJUR - Sobre a pauta da Advocacia Pública no Congresso, como o senhor avalia a questão dos honorários advocatícios?

Ministro Adams - Esse é um tema que está no Congresso, mas que não foi iniciativa específica do governo. Eu sou a favor que haja alguma medida que garanta a apropriação desse resultado para a instituição. Em princípio, não creio que deva ser apropriado para a remuneração, até porque nossa remuneração é por subsídio e, como tal, exclui qualquer outra parcela. O recebimento dos honorários traduziria um bem indireto ou mesmo direto se nós usássemos os recursos não só para aparelhamento da Casa, mas também para a realização de políticas públicas na instituição como capacitação, formação, aprimoramento de ações de meritocracia interna, voltadas para a qualificação dos seus membros. A proposta de Lei Orgânica virá com algum tipo de regra para essa questão. Quero dizer, a proposta que fechamos ano passado contemplava sim a destinação desses recursos.



Fórum se reúne com Vice-Presidente Michel Temer

Os dirigentes do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal reuniram-se, em 16 de fevereiro, com o Vice-Presidente da República, Michel Temer, no Palácio do Planalto, em Brasília. A Presidente Joana d'Arc Alves Barbosa Vaz de Mello e a Secretária-Geral da ANAJUR, Nicóla Barbosa de Azevedo da Motta, também estiveram presentes e cumprimentaram o Vice-Presidente.

O objetivo do encontro foi tratar a respeito das PECs que tramitam no Congresso e beneficiam a Advocacia Pública. Após ouvir os dirigentes, o Vice-Presidente disse que "via com bons olhos" as propostas e completou afirmando que compreendia a importância da Advocacia Pública.

Na oportunidade foi feito o convite para que Michel Temer visitasse a exposição idealizada pelo Fórum Nacional "Valores da Advocacia Pública", realizada na Câmara dos Deputados, entre os dias 21 a 25 de fevereiro.

Além do convite para a exposição, os dirigentes comunicaram a decisão do Fórum em conceder-lhe o título Benemérito da Advocacia Pública. Michel Temer mostrou-se satisfeito com a homenagem agradecendo aos dirigentes. A solenidade de entrega do título será divulgada em momento ainda a ser definido.

Fonte: Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal



Fotos: Aluizio Assis

Michel
Temer
cumprimenta
presidente
Joana Mello e
dirigentes do
Fórum



Fique por dentro da tramitação da PEC 443/2009

Trata de subsídio do grau ou nível máximo das carreiras da Advocacia-Geral da União, das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal correspondente a 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do subsídio mensal, fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e os subsídios dos demais integrantes das respectivas categorias

da estrutura da advocacia pública que serão fixados em lei e escalonados, não podendo a diferença entre um e outro ser superior a 10% (dez por cento) ou inferior a 5% (cinco por cento), nem exceder a 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos) por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal

Esta Proposta de Emenda Constitucional - PEC n.º 443/2009, é de autoria do Deputado Bonifácio de Andrada - PSDB/MG, e foi apensada à PEC 465/2010 (inclui os Defensores Públicos), apresentada pelo ex-Deputado Wilson Santiago - PMDB/PB, por terem objetivos assemelhados.

A pretensão de ambas as proposições é conferir tratamento remuneratório uniforme entre os membros da Advocacia Pública, da Defensoria Pública, do Poder Judiciário e do Ministério Público, pondo fim à discriminação remuneratória entre as carreiras consideradas como essenciais à Justiça.

A proposição foi apresentada em 08 de dezembro de 2009 e, na mudança da Legislatura, a PEC foi arquivada por força do Art. 105 do

Regimento Interno da Câmara dos Deputados e desarquivada, por meio de requerimento do próprio autor, com base no mesmo dispositivo.

No último dia 14 de março, o Deputado Amauri Teixeira - PT/BA apresentou requerimento de inclusão da PEC na ordem do Dia.

Para a aprovação da PEC, primeiramente é necessário que qualquer Deputado requeira junto à Presidência da Câmara a constituição da nova Comissão Especial para proferir parecer à Proposta de Emenda Constitucional.

Nesse momento, é necessário um trabalho político junto aos parlamentares envolvidos, de forma a buscar apoio acerca da possibilidade de aproveitamento das tramitações, dos pareceres, dos requerimentos e das votações ocorridas anteriormente.

Essa condição poderá ser viável a partir da escolha dos membros da Comissão contando com aqueles que participaram do colegiado criado na legislatura anterior.

A condição preponderante será a escolha do relator. O ideal é que a matéria seja distribuída ao Deputado Mauro Benevides, que foi o relator da comissão anterior. Neste caso, poderá manter o mesmo relatório. Caso contrário, a matéria terá que percorrer novamente todo o processo legislativo, correndo-se o risco de alteração das condições favoráveis já conquistadas.

É importante também buscarmos novos apoios de outros parlamentares em cada Estado.

Jacqueline Lima,
assessora parlamentar da ANAJUR



Advocacia Pública e OAB: cada vez mais próximas

Em entrevista ao Informativo da ANAJUR, o presidente da OAB/DF, Francisco Caputo, comenta como ocorreu a aproximação da Ordem com as carreiras da Advocacia Pública Federal

Ainda durante a campanha para assumir a Ordem, Caputo se impressionou com o distanciamento que existia entre a advocacia pública e a advocacia privada.

A partir deste diagnóstico, tomou a decisão, junto com os demais membros da chapa, de formular estratégias para resgatar os excelentes quadros da advocacia pública para dentro da OAB.

O trabalho rendeu bons frutos, com destaque para o apoio unânime do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal à candidatura de Caputo. Depois de pouco mais de um ano à frente da Ordem, a constatação é de que a relação entre OAB/DF e Advocacia Pública está cada vez mais fortalecida.

Aproximação

Quando a chapa que liderava imaginou disputar a OAB, fizemos um grande diagnóstico da situação da advocacia aqui no Distrito Federal. Chamou muita atenção o desligamento, a separação entre a advocacia pública e a advocacia privada, esta última sim, representada pela OAB.

Logo nas primeiras conversas de nosso grupo, imaginamos estratégias para resgatar a advocacia pública porque, aqui em Brasília, é um segmento extremamente importante. E, para seu fortalecimento, a Ordem tinha que se aliar novamente, defender as bandeiras da advocacia pública e resgatar para os seus quadros os advogados que compõem as diversas carreiras públicas.

Com a reaproximação, começamos a entender a lógica de funcionamento da advocacia pública, seus objetivos institucionais para, em seguida, congregarmos os interesses da advocacia privada. Para mim, são duas vertentes disassociáveis da advocacia. Por isso, uma das grandes felicidades que tenho hoje é ver a advocacia pública muito bem representada na OAB/DF. E mais: a OAB/DF somando esforços com todo o seu prestígio, a sua inserção social, para defender os interesses da advocacia pública.

Então, nós apresentamos o nosso projeto para os líderes da advocacia pública, eles entenderam por bem organizar um debate entre os candidatos e, a partir desse debate, tirar uma posição consensual. Para nossa sorte, merecemos a confiança do grupo representativo do fórum e passamos a caminhar juntos,



Valter Zica

defender os mesmos ideais e a impunhar as bandeiras. Hoje, a advocacia pública conta com a advocacia privada para as suas lutas e a advocacia privada conta também com a advocacia pública para a defesa dos seus pleitos.

Consolidação do contato e apoio

De imediato, ponderei com os líderes do Fórum que havia um desconhecimento total, pela advocacia privada, das formas e das particularidades, das peculiaridades da advocacia pública, de modo que era fundamental ter em nosso conselho pessoas que representassem essa vertente da advocacia para expor à OAB suas dificuldades e necessidades. O desconhecimento era muito grande. Então, pedi aos integrantes do Fórum que indicassem, sem qualquer interferência de minha parte, nomes para compor o conselho seccional e também uma pessoa para integrar conselho federal.

É a primeira vez que a advocacia pública tem um representante no conselho federal. Foi nossa chapa que proporcionou isto e ainda com a felicidade de ter sido indicada uma mulher, a Dra. Meire Monteiro, da ANPPREV.

A partir deste momento, a advocacia pública começou a efetivamente ter voz dentro do conselho seccional e do conselho federal. Deste ponto em diante, começamos a ter uma atuação muito mais objetiva, muito mais profícua porque sabíamos o que pretendíamos, sabíamos

a estratégia, o caminho a seguir. Agora, podemos, de fato, ajudar a advocacia pública nos grandes pleitos que tem.

Participação efetiva na Ordem

A advocacia pública é composta por talentos extraordinários, todos são submetidos a concursos muito difíceis. Isso faz uma seleção e acaba peneirando pessoas extremamente capacitadas do ponto de vista intelectual. Foi muito acertada a indicação que o fórum fez do Dr. Rommel Madeiro e do Dr. Fabiano Jantalia para compor meu Conselho. E fiquei muito confortável para indicá-los para presidir as comissões da Advocacia Pública e Advogado Empregado e de Ensino Jurídico, respectivamente.

18 anos da AGU

Homenageamos a AGU na última edição da revista, publicada em fevereiro. A idéia surgiu ainda como parte da estratégia de resgate da advocacia pública. Nós que estamos mais à frente, em um contato mais direto com a advocacia pública, sabemos a importância que ela tem na construção do estado democrático e na defesa do estado brasileiro. Mas o desconhecimento disto é muito grande. Então, esse foi mais um instrumento que a OAB utilizou para dar visibilidade ao relevantíssimo papel que a advocacia pública tem para o cotidiano do nosso país, para a defesa dos interesses da sociedade, para a defesa dos interesses do estado, para a representação do estado perante os organismos internacionais. Destaco, neste contexto de homenagens aos 18 anos da AGU, a entrevista com o Dr. Saulo Ramos, que foi um dos grandes mentores da organização de uma advocacia de estado. Enfim, era uma forma de a gente reconhecer e aplaudir o esforço e o papel desses bravos advogados públicos que cuidam dos interesses da sociedade diuturnamente.

Pleitos da Advocacia Pública

O contato com a advocacia pública é diuturno. Temos tratado dos diversos assuntos de interesse do fórum e da advocacia pública de forma permanente. Apoiamos todas as ações que o Fórum realiza, seja no campo do Legislativo, seja no próprio Judiciário, seja no CNJ. Enfim, estamos ombreando com o Fórum para conseguir vencer os obstáculos e tornar as carreiras ainda mais atrativas



Caputo compareceu à solenidade de posse da nova diretoria da ANAJUR

e com melhores condições de salário e de técnicas estruturais para o desenvolvimento dos trabalhos que o constituinte delegou a elas.

Desde o primeiro dia da nossa gestão, impúnhamos, por exemplo, a bandeira de os membros das carreiras da advocacia pública receberem os honorários de sucumbência e serem equiparados às demais carreiras essenciais à Justiça.

É uma luta histórica, que exige uma mudança legislativa; por isso sempre digo que as casas do Congresso são a grande arena para a nossa atuação. Esta questão merece todo o apoio da OAB/DF e o empenho pessoal do presidente e da diretoria para que o direito dos advogados públicos se efetive.

ANAJUR

A ex-presidente da ANAJUR e hoje secretária-geral, Dra. Nicóla, é uma das maiores referências da advocacia pública, por todo o seu passado de luta,

pelo seu incansável trabalho em prol dos assistentes jurídicos, pela sua dedicação à entidade.

Recentemente, ela passou a responsabilidade à nova presidente, Dra. Joana d'Arc Alves Barbosa Vaz de Mello. Entregou uma associação totalmente estruturada, com um reconhecido trabalho em prol dos seus associados, trabalho muitas vezes até pessoal da presidente, que tem essa vocação de ajudar as pessoas.

A transmissão do cargo para a Dra. Joana Mello também foi motivo de muita alegria para nós porque ela também é uma incansável defensora dos direitos dos advogados públicos. É uma advogada muito respeitada e com capacidade intelectual acima da média. Temos certeza de que ela vai implementar outras novidades na ANAJUR e ainda propiciar mais serviços, tornado cada vez melhor a relação entre a entidade e os seus associados do Brasil inteiro.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DAS CARREIRAS DA
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO – ANAJUR
Setor de Autarquias Sul – Quadra 03 – Lote 02
Bloco C – Sala 705 – Edifício Business Point -CEP: 70.070-934
PABX: (61) 3322-9054 Fax: (61) 3322-6527
Home Page: www.anajur.org.br E-mail: anajur@anajur.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA - 2010-2013

PRESIDENTE: JOANA D'ARC ALVES BARBOSA VAZ DE MELLO
SECRETÁRIA-GERAL: NICÓLA BARBOSA DE AZEVEDO DA MOTTA
SECRETÁRIA-GERAL (ADJUNTA): REGINA LÚCIA MOREIRA DE CARVALHO
DIRETORA FINANCEIRA: GENEIDE MACHADO ANTUNES DE SIQUEIRA
DIRETORA FINANCEIRA (ADJUNTA): REJANE BAUERMANN EHLERS
DIRETORA JURÍDICA: MARIA SOCORRO BRAGA
DIRETORA JURÍDICA (ADJUNTA): LAURA MARIA COSTA SILVA SOUZA
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E CONVÊNIO:
ANA LUISA FIGUEIREDO DE CARVALHO
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E CONVÊNIO (ADJUNTA):
MARCIA REGINA VICENTE BARBOSA
DIRETOR DE RECREAÇÃO E ESPORTE:
PAULO CÉSAR SOARES CABRAL FILHO
DIRETORA DE RECREAÇÃO E ESPORTE (ADJUNTA):
CLAUDIA MARIA VILELA VON SPERLING
DIRETOR DE RELAÇÕES ASSOCIATIVAS: WALDEMIR ALVES DE OLIVEIRA
DIRETOR DE RELAÇÕES ASSOCIATIVAS (ADJUNTO):
SÉRGIO ERNESTO KOPP
DIRETORA DE EVENTOS: LUCIANA VILLELA DE SOUZA
DIRETOR DE EVENTOS (ADJUNTO): FERNANDO DE CARVALHO AMORIM
DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: THAIS HELENA F. PASSARO
DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (ADJUNTA):
ADRIENNE PINHEIRO DA ROCHA LIMA DE MELO
DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS:
MAURÍCIO MURIACK DE FERNANDES E PEIXOTO
DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS (ADJUNTO):
LUCIANO BROCHADO ADJUNTO
DIRETOR CULTURAL: JARBAS DOS REIS
DIRETOR CULTURAL (ADJUNTO): LUIZ EDMAR LIMA
DIRETORA DE ASSUNTOS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS:
RUTH JEHÁ MILLER
DIRETORA DE ASS. DE APOSENTADOS PENSIONISTAS (ADJUNTA):
TÂNIA MARIA CARNEIRO SANTOS
DIRETOR DE RELAÇÕES COM O CONGRESSO NACIONAL:
LUIZ GONZAGA PEREIRA NETO
DIRETORA DE REL. COM O CONGRESSO NACIONAL (ADJUNTA):
MARIA LUCILA RIBEIRO PRUDENTE DE CARVALHO
CONSELHO CONSULTIVO
EFETIVOS: JUREMA SANTOS ROZSANYI NUNES, LUIZ NONATO FERNANDES
NILSON PINTO CORREA, MARIA DA GLÓRIA TUXI F. DOS SANTOS
MARIA ANÁLIA JOSE PEREIRA, MANOEL TEIXEIRA DE CARVALHO NETO
LEON FREDJIA SZKLAROWSKY, JOSE SILVINO DA SILVA FILHO
ANNAMARIA MUNDIM GUIMARÃES BORGES MESSIN, LÍDIO CARLOS DA SILVA
SUPLENTE: EMILIANA ALVES LARA E ERNANI MAGALHÃES SOUTO
CONSELHO FISCAL
EFETIVOS: ÁLVARO ALBERTO DE ARAÚJO SAMPAIO, ROSÂNGELA
NASCIMENTO MARQUES E REGINA MARIA FLEURY CURADO
SUPLENTE: MARIA EMÍLIA DA CRUZ DIAS RIBEIRO, GILBERTO SILVA E
MERLY GARCIA LOPES DA ROCHA
Projeto gráfico, diagramação e edição: F4 Comunicação
Tel.: (61) 3321-8200
Jornalista Responsável: Vinícius Ponte Sena
Fotos: Arquivo ANAJUR
Impressão: Gráfica Pioneira
Tel.: (61) 3552-1236 9556-8631
Tiragem: 2 mil exemplares

Combate ao câncer de mama

Entre os dias 21 a 25 de março, a Comissão da Mulher Advogada da OAB/DF distribuirá 20 mil cartilhas sobre prevenção e combate ao câncer de mama no Conjunto Nacional e nos tribunais do DF. A cartilha aborda a importância do autoexame, sintomas do câncer de mama, recomendações, tratamento, entre outros. Segundo a presidente da Comissão, Maria Cláudia Azevedo Araújo, “é uma forma de conscientização para que as mulheres sempre façam exames preventivos. E se detectarem a doença logo no início será mais fácil combatê-la sem haver sequelas”.

A presidente da ANAJUR, Joana d'Arc Alves Barbosa Vaz de Mello, é membro integrante da Comissão desde abril de 2009 e tem desempenhado importante papel no que se refere aos assuntos que envolvem a mulher, em especial a mulher advogada, buscando sempre valorizá-la no exercício profissional.

Uma ótima oportunidade
para você conhecer a
verdadeira diversão de
Caldas Novas.

Você que é associado tem
desconto de 20% na
hospedagem do Bluepoint
HotSprings Hotel mediante
comprovação de vínculo
com a entidade.

Contato:

0800 62 7373

www.hotspings.com.br
Caldas Novas - GO



**Bluepoint Hotéis
HotSprings**